



Outorga do Título de Professor Emérito a

Emília Viotti da Costa

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. Dr. Adolpho José Melfi
VICE-REITOR: Prof. Dr. Helio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Prof. Dr. Sedi Hirano
VICE-DIRETORA: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

**CERIMÔNIA DE OUTORGA DO TÍTULO
DE PROFESSOR EMÉRITO**

Profa. Dra. *Emília Viotti da Costa*

SAUDAÇÃO PROFERIDA POR

Prof. Dr. *Fernando Antonio Novais*

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C415 Cerimônia de outorga do título de Professor Emérito: Profa. Dra. Emília Viotti da Costa.

São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2002.

28 p.

Discursos por Fernando Antonio Novais, Emília Viotti da Costa, Jacques Marcovitch.

ISBN 85-7506-096-1

1. Ensino superior 2. Universidade (Questões Gerais) I. Novais, Fernando Antonio II. Costa, Emília Viotti III. Marcovitch, Jacques IV. Série

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Zilda Márcia Grícoli Iokoi	
DISCURSO DE SAUDAÇÃO	9
Fernando Antonio Novais	
DISCURSO PROFERIDO QUANDO DA ENTREGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO	13
Emília Viotti da Costa	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
Jacques Marcovitch	

APRESENTAÇÃO

O título de Professor Emérito para Emília Viotti é, para todos nós do Departamento de História, uma homenagem devida e tardia. O impedimento que o regime militar impôs à Emília, de prosseguir em sua carreira acadêmica e partilhar com os seus alunos do desenvolvimento do conhecimento histórico, foi brutal. Para nós que perdemos o convívio, a presença crítica, instigante, polêmica e profundamente generosa da professora, um desalento. Os militares, apoiados por forças antidemocráticas internas à Universidade, conseguiram impor a ausência de muitos intelectuais que, na Faculdade de Filosofia, representavam nosso éthos radical. Assim, o título ora concedido à professora representa o nosso acerto de contas com um passado cheio de sobressaltos, impasses e quebra das condições de desenvolvimento da pesquisa e do diálogo indispensável na formação dos historiadores e dos estudantes de história.

Aposentada compulsoriamente pelo Regime Militar, Emília era, no ano de 1969, uma mulher combativa, pesquisadora contumaz, liderança importante do Departamento e estimuladora de jovens pesquisadores que se viram ameaçados pelo simples fato de refletirem sobre o Brasil. Ao propugnam um novo estatuto epistemológico para a historiografia brasileira, marcadamente definida por uma concepção liberal e mesmo pelo positivismo decorrente da tradição até então padrão dominante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esses intelectuais foram considerados traidores da pátria e silenciados pelo tacão militar da repressão.

Emília significava um fervor rebelde e radicalmente crítico, participando de grupos de discussão teórica, estimulando os jovens a partilharem de uma vida acadêmica que, em consonância com o vivido, deveria ser voltada para a análise, a crítica e a superação dos impasses da exclusão social, da marginalização dos negros e dos pobres em geral, pelo desenvolvimento da democracia. Sua ausência foi uma perda irreparável para minha geração, uma vez que o clima de repressão fez com que muitos de seus colegas perdessem o entusiasmo anterior e refreassem suas posições pessoais num sentimento de autodefesa que acabou por produzir o silêncio e a ausência dos debates.

Outro aspecto fundamental da perda provocada pelo afastamento de Emília refere-se ao engajamento no desenvolvimento educacional do país. As questões referentes ao ensino de história, o papel das escolas no processo de formação dos jovens e a importância do movimento estudantil universitário para a integração das demandas dos estudantes secundaristas foi de certo modo obscurecida, uma vez que os docentes do Departamento que partilhavam com ela esses temas também perderam a possibilidade do trabalho docente com o fechamento dos Colégios Vocacionais e as Escolas de Aplicação .

Hoje, passados 33 anos destes acontecimentos, muitos de nós nos sentimos plenamente felizes por termos conseguido manter, mesmo à distância, eles tão profundos com Emília, e tê-la como Professora Emérita em nosso quadro docente é um desagravo e uma honra.

Zilda Márcia Gricoli Iokoi
Chefe do Departamento de História

DISCURSO DE SAUDAÇÃO

Prof. Dr. Fernando Antonio Novais
Docente do Departamento de História

Agradeço, inicialmente, a honra de saudar a Profa. Dra. Emília Viotti da Costa, que a Congregação ora me outorga. Não sendo eu membro da Congregação e já estando aposentado, é a segunda vez que sou honrado com este convite. Registro meus agradecimentos e reconhecimento, igualmente, ao Departamento de História pela indicação. Registro ainda, desde o início, a minha emoção e honra por ser a Profa. Dra. Emília Viotti da Costa aquela a quem saúdo. Da outra vez, saudei o Prof. Dr. Eduardo França. Não trouxe qualquer texto escrito, pois tenho extrema dificuldade em escrever sobre pessoas muito queridas, muito amigas, às quais me sinto muito ligado. Prefiro improvisar. Para escrever o prefácio e a introdução da obra do Prof. França, editada na coleção *Estudos Históricos* que dirijo com o Prof. Istvan Jancsó, aquelas duas páginas, escrevi mais de vinte vezes e, mesmo assim não me agrada. E eu que costume me ler com satisfação...

Essa situação é difícil, porque não se pode recusar e é obrigado a falar da vida e da obra, o que se torna uma coisa repetitiva, pois é difícil fugir daquilo que sempre se faz. Então, vou tentar não fazer digressões sobre essas duas coisas – a vida e a obra de Emília – mas tocar, em cada setor, em alguns traços de sua personalidade.

Em primeiro lugar, quero destacar a capacidade profissional. Como fui aluno da Profa. Emília, sei de sua capacidade docente, de sua clareza. Uma professora realmente Emérita desde sempre, mas destaco, aqui, além de sua clareza, sua capacidade em organizar equipes e trabalhar em conjunto. Ela não é apenas uma boa professora, formadora de bons estudantes, mas de grupos que trabalham juntos e isso é muito raro.

Em segundo lugar, quero destacar a sua integridade moral. Vocês sabem que estou me referindo ao triste episódio de sua cassação, perseguição pelo governo militar, seu exílio e longo percurso no exterior. Se não fosse uma ocasião muito formal, eu tentaria dizer que a Profa. Dra. Emília salvou o Departamento de História do vexame que seria não ter nenhum professor cassado, quando tantos outros Departamentos tiveram.

Além dessas duas características, destaco um outro aspecto que todos reconhecem. A sua tenacidade vital, existencial, que só quem conhece, ainda que superficialmente – como é o meu caso – o meio acadêmico norte-americano, a vida acadêmica nas universidades norte-americanas, a competitividade levada ao extremo. Eu sempre costumo dizer que nada é tão agradável quanto ser *visiting* professor numa universidade norte-americana: não estamos lá competindo, estamos lá só por seis meses e somos muito bem tratados. Entrar na competição, tomar o lugar de um norte-americano é outra coisa. O que significa para uma mulher, sul-americana, brasileira, ir parar na Universidade de Yale, que é uma das universidades *top* dos Estados Unidos? Só quem conhece esses meandros, pode imaginar a dificuldade. Só mesmo a Profa. Emília, para conseguir uma coisa dessas. Não consigo imaginar outra pessoa fazendo esse percurso e indo parar lá como professora plena.

Toda essa carreira está ancorada numa obra das mais significativas. Não vou me alongar nesse ponto e ficar dissertando sobre o enorme *curriculum* da Profa. Emília. Destacarei alguns pontos apenas. Primeiramente, a sua capacidade de escolher objetos significativos de estudo. O primeiro trabalho dela que eu li, já faz algum tempo, foi na antiga *Revista de História* – em sua primeira fase – um artigo sobre os degredados. Não sei se ela já havia publicado alguma outra coisa, mas foi o primeiro que eu li. É notável como percebemos que esse é um dos grandes temas da História do Brasil, como é o da ausência de mulheres brancas nos primeiros séculos, e do qual nunca se trata. Logo de início, ela escolheu um tema altamente significativo e começou as suas elucubrações a partir dali. O seu livro clássico *Da Senzala à Colônia* – eu não gosto desse título, mas ela, muito teimosa, o manteve – que é a escolha de um tema na História do Brasil, da passagem do trabalho escravo para o livre, central na formação social brasileira, um

tema e um momento central. Mais uma vez, a escolha, seja no detalhe, seja no grande tema, é sempre significativa. *Da Senzala à Colônia* já mostra um traço, que para mim é fundamental, da Emília como historiadora: sua capacidade de lidar bem com essa difícil articulação entre História e Ciências Sociais. Modernamente, nos anos 30 pelo menos, estava menos claro o que pertencia à historiografia atual e a seu diálogo com as Ciências Sociais. Diálogo, às vezes em debates, mas necessário e inevitável, é sempre difícil, porque no trabalho de História os conceitos não devem estar explicitados, mas embutidos na narrativa, na reconstrução do discurso, pois esta não é uma matéria teórica. Exatamente o oposto do que acontece com as Ciências Sociais. O sociólogo parte dos conceitos para a reconstrução, enquanto o historiador parte da reconstrução e utiliza os conceitos. É diferente. Ela, já em seu primeiro trabalho, é quem, entre nós, consegue maior equilíbrio nessas coisas, dominar o aparato conceitual, metodológico e revelá-lo, incluso dentro do texto, sem dizer: “olha, agora estou falando disto ou daquilo”. Isso aparece naturalmente dentro do texto. Essa é uma grande qualidade dela, entre outras.

Nos últimos anos, eu tenho me dedicado a dar cursos de historiografia e costume dar exemplos para os alunos, quando discuto essa relação entre História e Ciências Sociais, para fazerem comparações. Em alguns casos, eu já observei que deu certo. Porque não é fácil essa questão. Eu dou o exemplo de Burckhardt em *Cultura do Renascimento na Itália* e Alfred von Martin em *Sociologia do Renascimento*. Os dois tratam muito bem desse tema e não há qualquer dúvida entre qual é o historiador e qual o sociólogo. Para quem não soubesse, é o estilo, a maneira de apresentar. Eu costume dizer: “Vocês tomem o livro *Da Senzala à Colônia* da Profa. Emília Viotti da Costa e o livro *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* do Prof. Fernando Henrique Cardoso ou o do Octávio Ianni sobre o mesmo fenômeno no Paraná, *Metamorfoses do Escravo*. Não há a menor dúvida: o mesmo momento, o mesmo tema, regiões diferentes do Brasil, as mesmas perspectivas metodológicas. Porém, as conclusões não são muito diversas entre os três pesquisadores. Agora, não restam dúvidas de qual deles foi escrito por uma historiadora. Essa integração de História e Ciências Sociais entre nós, eu acho que na obra da Profa. Emília atinge o seu ponto mais alto.

Finalmente, o último traço que destaco, é o último livro da Emília sobre a rebelião dos escravos em 1823, *Crowns of Glory, Tears of Blood*, um belíssimo título tirado de um documento que foi preservado na tradução portuguesa. Aqui, mais uma vez, nós encontramos essa enorme capacidade de integrar Ciências Sociais e História, de diluir os conceitos na narrativa. Mas encontramos também, aqui, essa capacidade de ir do geral para o particular quase sem que o leitor perceba. É um evento importante e localizado no tempo e no espaço. Ao reconstruir esse evento, a Emília o coloca no conjunto da história da América e do mundo. Ao fazer isso, ela discute os problemas que estão sendo discutidos a propósito do problema da escravidão, da abolição. Ao mesmo tempo, gira do particular para o geral na História e na historiografia, nos debates, nas idéias e na reconstrução. É por isso, realmente, que tem sucesso, que fica, que dura, porque tem essas qualidades.

Termino, dizendo que comecei comentando o artigo dos degredados, passei pelo livro de doutorado e termino com seu último trabalho. Vocês podem ver que Emília, ao contrário de muitos de nós, está cada vez melhor. Certamente, este é o seu melhor trabalho e certamente ela há de nos brindar com outros ainda melhores.

DISCURSO PROFERIDO QUANDO DA ENTREGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO

Emília Viotti da Costa

Quero agradecer ao Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Jacques Marcovitch, Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, ao Vice-Diretor em exercício da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz, à Congregação desta Faculdade, à Profa. Dra. Laura de Mello e Souza e ao Departamento de História, o título que ora me conferem. Este ato me honra e me comove.

Há trinta anos fui removida de meu posto de livre-docente desta Faculdade. Naquela ocasião, também foram atingidos pelo mesmo ato vários amigos e colegas, dentre os quais o então Reitor da Universidade, Hélio Lourenço, os Professores José Arthur Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Bento Prado, Jean-Claude Bernadet, Paula Beiguelman, Paul Singer, Elza Berquó, Caio Prado Jr. – que embora não fizesse parte da Universidade, foi aposentado com os demais – e muitos outros. Seria inútil relembrar aqui a dor que isso me causou. A Faculdade representava uma parte importante da minha vida, desde 1948, quando ela me recebera como aluna do curso de Geografia e História.

Terminada a Segunda Grande Guerra, que ensinara ao mundo os horrores do fascismo e do nazismo, começou a reconstrução da Europa num clima de relativa euforia. Por toda parte, apostava-se nas democracias liberais, apesar de que havia também muita simpatia pelos países ditos socialistas, pela sua valiosa colaboração durante a guerra. No Brasil isso coincidira com a queda de Vargas. Acabada a guerra, iniciou-se quase imediatamente a Guerra Fria. Os Estados Unidos estabeleceram claramente suas prioridades para a América Latina e contavam com a adesão dos demais governos à sua política contra a União Soviética.

Foi nesse período, com as memórias da guerra ainda vívidas, que iniciei minhas aulas no curso de História. As aulas tinham lugar na Escola Caetano de Campos, na Praça da República, onde Jânio Quadros – que na ocasião apresentava-se como socialista – vinha em busca de votos para vereador, na primeira fase de sua carreira política. Mudamos depois para a Maria Antonia, um ambiente aconchegante que permitia ampla comunicação entre o pessoal da História, Filosofia, Ciências Sociais e Letras. Lá se forjaram laços de amizade que perduram até hoje. Datam dessa época os meus melhores amigos. Lá defendi, em 1964, minha tese de livre-docência. Lá assisti, em 1968, a movimentação estudantil e os embates entre os alunos da Filosofia e os do Mackenzie. Finalmente, nos transferimos para a Cidade Universitária. Durante um certo tempo, partilhamos o edifício da História com as Ciências Sociais. Recordo-me com nostalgia de uma tarde em que encontrei meu amigo Florestan Fernandes, cujo escritório ficava em frente ao meu, e comentamos, observando o pôr do sol, o quanto éramos felizes e privilegiados. Gostávamos do nosso trabalho, gostávamos de nossos alunos, e além de tudo tínhamos um espaço tão bonito para trabalhar. O que mais poderíamos desejar? Não tardou muito, ambos fomos aposentados: ele primeiro, depois eu.

O período que decorreu desde a minha inscrição na Faculdade de Filosofia até a minha aposentadoria foi abalado por importantes transformações políticas no país. Desde que Vargas voltara ao poder em 1951, pelo voto popular, com um projeto nacional-desenvolvimentista e populista que acabou por levá-lo ao suicídio, tínhamos vivido num clima de grande agitação. A inquietude continuou, e nessa época eu já estava dando aulas, durante todo o governo de Juscelino Kubitschek. A Revolução Cubana, em 1959, parecia a alguns oferecer à América Latina uma alternativa. A outros, aparecia como uma ameaça. As posições radicalizaram-se. Os esforços dos Estados Unidos em desestabilizar o regime cubano não foram bem sucedidos, não só devido ao apoio popular maciço que Fidel Castro recebeu em Cuba, depois que os descontentes deixaram o país para viver nos Estados Unidos, mas também devido à intervenção do governo soviético que assegurava a sua estabilidade. No Brasil, a agitação se agravava no período Jânio Quadros, culminando na sua renúncia e levando à ascensão de João Goulart e à sua

derrubada pelo golpe militar em 1964. Esses anos foram marcados por grandes lutas pelo destino do Brasil, uma sucessão de golpes militares na América Latina. Foi o fim de uma terceira via, o fim de uma época.

Quem não viveu naquele período dificilmente terá idéia dos efeitos que essa fermentação política teve sobre alunos e professores, sobre a polarização dentro da Universidade. A Universidade, de bom ou mau grado, politizava-se. Alunos e professores eram convocados a participar de um projeto nacional. Por toda parte davam-se cursos sobre o que se chamava então “a realidade brasileira”, onde todos se aplicavam em desvendar os segredos do desenvolvimento e as razões do subdesenvolvimento. Celso Furtado era o papa dessa geração, seguido por Caio Prado Jr, dois autores que pareciam ter uma resposta para as nossas questões. Na literatura o nosso guia era Antonio Candido e na história, Caio Prado. Sérgio Buarque de Holanda, que viera integrar a Universidade anos após minha formatura, nos impressionava com sua erudição e sua verve.

Naqueles anos, se a economia era importante, não menos importante era a cultura nacional. Ainda me lembro de um seminário interdisciplinar sobre o Cangaço, do qual participaram a Professora Maria Izaura Pereira de Queiroz, o geógrafo Aziz Ab’ Saber, o cineasta Geraldo Sarno, o folclorista Antônio Proença e muitos outros. Nunca mais encontrei nada semelhante ao grau de interesse e envolvimento dos participantes. Vim a descobrir mais tarde que tivera o privilégio de viver um período histórico muito especial, quando parece que se abre um leque de possibilidades novas, o futuro é uma promessa de realizações, o presente um esforço constante de crítica e busca de soluções. Nessas condições o trabalho acadêmico ganhava um sentido muito especial. Ao invés de se fechar numa torre de marfim, o intelectual, o cientista, o artista voltava seus olhos para a sociedade e se colocava a serviço do povo, em busca de soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos que assolavam e ainda assolam o país. Essa preocupação estava presente em nossos trabalhos acadêmicos e atividades extracurriculares. Dava sentido e alegria às nossas vidas. Lembro-me de certa ocasião em que deveria ser aprovada no Congresso, no dia seguinte, uma lei que introduzia o pagamento nas universidades públicas e a mobilização dos setores que se opunham àquela medida foi tão rápida que

conseguimos em poucas horas mais de quinhentas assinaturas de professores nas várias unidades que compunham a Universidade de São Paulo e enviamos o nosso protesto à Câmara dos Deputados, em vinte e quatro horas. Aparentemente, conseguimos o nosso objetivo. Esse fato revela o grau de organização e participação então existentes. Depois vieram as discussões sobre a reforma universitária.

Em 1968, o Professor Eurípedes Simões de Paula, então diretor desta Casa, convidou-me para dar a aula inaugural da Faculdade, que na época reunia também as Ciências Físicas e Biológicas. Passei as férias tentando decidir o quê poderia interessar a uma audiência tão diversificada. A solução óbvia era falar sobre a reforma universitária proposta pelo governo: o projeto Mec-Usaid, como era conhecido. Fiz um histórico da Universidade de São Paulo, desde sua fundação em 1934 até 1968, e concluí que realmente havia necessidade de reformar a Universidade, mas não segundo os moldes propostos pelo projeto do governo, que a transformava num centro de treinamento tecnológico ligado à indústria, onde alunos e professores eram tratados como mão de obra e não como indivíduos. Dessa conferência, que foi apropriada pelo movimento estudantil e reproduzida pelos quatro cantos do país, não disponho de cópia. Hoje, tenho a certeza de que foi a partir daí que se decidiu a minha aposentadoria pelo Ato Cinco. Foi em consequência dessa conferência que acabei sendo convidada para discutir a reforma universitária na televisão com o Ministro da Educação Tarso Dutra e o então líder estudantil José Dirceu, hoje um dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores.

Durante o ano de 1968 as tensões se agravaram. As medidas repressivas, adotadas anteriormente pelo governo, irritaram os estudantes, que protestavam de norte a sul do país. Depois vieram as primeiras notícias sobre a formação de grupos de guerrilha em alguns pontos do Brasil. Seguiram-se as invasões da Universidade pela polícia, que arrancava alunos da sala de aula e os levava aprisionados para lugares desconhecidos. Havia espiões por toda a parte. Desconfiava-se de tudo e de todos; uma perua Wyllis parada em frente da sua casa era o suficiente para despertar apreensões. Alguém que parecia estar em todos os lugares aonde íamos, sem ser convidado, levantava suspeitas. Pessoas eram presas e torturadas, algumas sem saber qual a razão de sua prisão. Os

processos policiais e militares repetiam-se uns após outros, condenando, sem provas, em processos baseados em diz-que-diz-que, sem que o acusado tivesse direito à defesa. Advogados atônitos nada podiam fazer. Os chamados órgãos de segurança disputavam entre si o “privilégio” de interrogar o preso; assim, estes passavam das mãos do DOPS para as do Exército e, deste, para a Aeronáutica e a Marinha. Alguns desapareciam sem deixar traços. Outros eram barbaramente torturados. Havia também aqueles que eram presos ou soltos sem qualquer explicação. Imperava a arbitrariedade e o imprevisível. Foi nessas condições que aceitei um convite para dar aulas nos Estados Unidos. De certa forma, houve um corte de grande importância na minha vida.

De lá, passei a ver o Brasil com novos olhos, aprendi coisas sobre esse país que jamais teria aprendido aqui e comecei a pensar o Brasil e o mundo de outra maneira. Entendi melhor os nossos mitos. Aprendi a reconhecer os mitos que governavam a vida deles. Estudei melhor como os mitos se formam e se mantêm. Estudei mais a América Latina. Suas diferenças e semelhanças com o Brasil me atraíram. Passei a valorizar mais ainda a Universidade de São Paulo, os professores brilhantes e dedicados que conhecera, sua produção científica e cultural, o ambiente democrático que imperava em nossos departamentos, se comparados aos que encontrei nos Estados Unidos e passei a indagar o porquê de só enxergarmos as nossas falhas e nunca as nossas realizações.

Na USP, tínhamos um sistema de aposentadoria mais humano, que permitia a quem se devotara toda a vida ao trabalho acadêmico sem ter condições de juntar pecúlio próprio (uma vez que os salários universitários mal davam para pagar as contas) ter uma aposentadoria integral condigna. Esse sistema permitia ao pesquisador dedicar-se integralmente à pesquisa e ao ensino sem ter que se preocupar com o futuro, pois este estaria automaticamente garantido. Era impossível um melhor sistema do que aquele que remunerava adequadamente anos de dedicação e de trabalho. Também eram melhores os nossos cursos do que aqueles a que assisti nos Estados Unidos, onde o forte era a informação, mas fracas a interpretação e a metodologia. Aprendia-se muita coisa pela rama, mas as conexões e as implicações óbvias nunca eram estabelecidas. Preparava-se o aluno para a realização de tarefas específicas de alcance limitado, não para pensar e

criar. A grande vantagem eram as bibliotecas, que nas grandes universidades eram realmente impressionantes. Evidentemente, os setores científicos tinham outras vantagens em equipamentos e laboratórios. Eu os via do ponto de vista de uma professora que vinha de um departamento de Ciências Humanas e talvez se tivesse vindo de um Departamento de Física tivesse uma perspectiva completamente diferente. Mas, regra geral, os jovens norte-americanos estavam totalmente subordinados aos mais velhos, numa burocratização que me espantava. Também me impressionava a falta de autonomia das universidades, que ou dependiam da legislatura para aprovação de seu orçamento, no caso das públicas, ou de corporações que controlavam suas dotações, no caso das privadas. Pouco a pouco, fui descobrindo que as vantagens que existiam eram produto das verbas de que algumas universidades dispunham através de doações de ex-alunos. Eu me perguntava, apesar da nossa pobreza, por que não tentar criar um pecúlio originado nessas doações? Tudo o mais me parecia ser inferior ao que tínhamos então na Universidade de São Paulo e até hoje me parece assim. Em Yale, os escritórios eram antiquados, os móveis velhos e díspares. Tudo o mais era extra, até uma máquina de escrever, e devia ser pago, desde o cafezinho até o estacionamento. A comunicação entre os professores era precária. O trabalho em conjunto era inviável. A competição e o sigilo eram normas gerais. Meus colegas, com raras exceções, jamais discutiam seus trabalhos informalmente. Não indagavam de sua relevância. Não se preocupavam com o que acontecia em volta deles, muito menos o que acontecia no mundo.

Não era somente a Universidade de São Paulo que considerava superior às universidades americanas. Também as nossas escolas secundárias, naquele tempo, pelo menos em São Paulo, eram muito superiores às de lá, e eu gostaria de abrir um parêntese para acrescentar que o nosso Hospital Universitário, ainda hoje, apesar de todas as suas dificuldades, leva vantagem quando comparado aos que tenho utilizado nos Estados Unidos. Se às vezes nos faltam equipamentos modernos, temos, no entanto, médicos mais competentes e interessados na saúde do paciente e enfermeiras mais afetuosas. Eu poderia prosseguir nesse tipo de comparação, que resultaria numa imagem positiva do que tínhamos em 1968 na Universidade de São Paulo, sem que nos esqueçamos dos problemas sérios que nos atormentam hoje. Mas o tempo não permite que me alongue nessas considerações.

Do que observei, ficaram algumas perguntas que exigem respostas. Por que persistimos em procurar imitá-los? Por que abandonamos nossas práticas, nossa cultura, nossos ritmos, até nossa língua para adotar a deles? De onde vem esse nosso afã de modernização, a grande panacéia contemporânea de todos os brasileiros? Que tipo de modernização buscamos? A quem esta beneficiaria? Por que se imagina que o sucesso da economia americana reside nesse processo de modernização que estamos sempre recomeçando, e não no movimento do capital internacional que procura refúgio nos Estados Unidos, cada vez que uma crise desponta em qualquer parte do mundo? Por que nos endividamos da maneira que fizemos? Quem foram os responsáveis pela tremenda dívida que onera o país? Para onde foi o dinheiro acumulado com os crescentes impostos que sufocam a classe média? Por que o prometido desenvolvimento brasileiro só trouxe sempre os mesmos resultados: concentração maior de riquezas nas mãos de uma minoria e o empobrecimento geral de todos os demais grupos? De que tipo de educação necessitamos? De que adianta equipar algumas escolas com computadores, quando muitas professoras, pelo Brasil afora, são quase analfabetas? Como querer professores eficientes e dedicados, falo das escolas primárias e secundárias, com os degradantes salários que a maioria recebe? Como atrair para as universidades os melhores elementos, se a aposentadoria que amanhã receberão é bastante inferior à que poderão receber se procurarem emprego no setor privado? Como desenvolver o país sem dar atenção à educação em todos os níveis? Foi essa a prioridade que a China adotou com grande sucesso para o seu desenvolvimento. Hoje, seus alunos são os primeiros nas melhores universidades norte-americanas, onde vão aprender os segredos da tecnologia mais recente. Mas, não é apenas o problema educacional que nos preocupa. Existem outros de igual importância. Que papel deve ter a Universidade na solução dos problemas que se multiplicam? Que fazer para controlar os fluxos de capitais num mundo globalizado? Que tipo de desenvolvimento queremos adotar? Como evitar a poluição ambiental crescente? Como, por exemplo, resolver os problemas de reciclagem do lixo? Como evitar a contaminação dos alimentos? Como melhorar o abastecimento de água e a rede de esgoto? Como controlar as epidemias? Devem estes problemas preocupar exclusivamente os políticos, ou terá a Universidade um papel importante a desempenhar

na sua solução? Por que o afã de privatização? De onde vem essa idéia absurda que muita gente por aí anda repetindo – que o privado é necessariamente melhor do que o público, no setor da educação e saúde – quando já tivemos hospitais públicos modelares, como o Hospital das Clínicas (que no passado atendia boa parte da população) e excelentes escolas secundárias mantidas pelo Estado, como o Colégio Roosevelt em São Paulo, que não só eram superiores às escolas privadas, como permitiam acesso à população de menor renda? Quais os trabalhos, os congressos, os cursos, as conferências públicas que a Universidade tem organizado no sentido de esclarecer o público que diariamente sofre uma lavagem cerebral na televisão e não sabe em que acreditar quando ouve opiniões diferentes? (essa pergunta eu dirijo ao Magnífico Reitor aqui presente). Que medidas devem ser adotadas contra a violência urbana que aumenta ano após ano, tornando a vida social quase uma impossibilidade nas grandes cidades? O que fazer para resolver o problema do desemprego que, como ficou provado nos Estados Unidos, tem uma relação direta com a violência urbana? E o problema da droga? Como tem sido resolvido nas várias partes do mundo?

Esses não são problemas exclusivamente nossos. Existem hoje, em escala crescente, no mundo desenvolvido e a Universidade é chamada a participar de um fórum de debates internacional. Está provado que o tipo de desenvolvimento que nossas elites almejam é bom talvez para elas, mas não oferece senão ilusões para nós. Com a queda da União Soviética e a incontestada hegemonia dos Estados Unidos, entramos numa outra época histórica. Novos problemas demandam novas soluções. Hoje, mais do que nunca, o papel da Universidade é crucial.

O problema que enfrentamos hoje na Universidade brasileira é duplo. Primeiramente, é preciso que se organize a ação conjunta dos cientistas, intelectuais e profissionais liberais em defesa da Universidade, a fim de manter o grau de eficiência que essa sempre teve e que nos últimos anos, ficou ameaçado, como na época do Mec-Usaid. Hoje, se usa a mesma linguagem, o mesmo projeto colonial de Universidade proposto pelo Mec-Usaid, a mesma avaliação tecnocrática e tecnológica das funções da Universidade, a mesma subordinação da Universidade ao mercado que se propunha há

trinta anos, tudo isso já está sendo imposto às universidades federais. Apesar de nossa autonomia, será difícil evitar que cheguem até nós essas tendências. Por isso, precisamos estar preparados para dialogar com os que reduziram as universidades federais à posição de total impotência e mostrar-lhes que existem outros caminhos. Mas isso não basta. Um projeto de Universidade está vinculado a um processo econômico, político e social mais amplo. Nos últimos trinta anos a situação mundial transformou-se dramaticamente. As contradições antigas, que num momento permitiram que se falasse em centro e periferia, são agora outras. Hoje os capitais circulam com rapidez que espanta até as nações desenvolvidas do globo, e é este capital financeiro, com sua lógica própria, que governa, porque ele representa o setor propulsor da economia. A indústria está subordinada a ele. O capital abandonou momentaneamente qualquer projeto de desenvolvimento interno, para promover importação e exportação em toda parte, e para nós esse processo é desastroso. A competição tornou acessível, a um número cada vez maior de pessoas, uma quantidade enorme de produtos a preços cada vez mais baixos o que, momentaneamente, nos entusiasmou. Mas essas transformações não foram suficientes para compensar a degradação dos salários, condição essencial a esse tipo de desenvolvimento, nem para evitar o crescente desemprego. Por toda parte, crescem as atividades da economia informal, há um número crescente de jovens desempregados e os trabalhadores perdem garantias e privilégios conquistados a duras penas em mais de um século de lutas.

Nesse novo contexto, os temas democracia e desenvolvimento reemergem, tanto aqui quanto nos centros vitais do capitalismo. Movimentos feministas, ecológicos, de vizinhança, de consumidores, dos sem-teto, dos sem-terra, movimentos étnicos e religiosos, todos clamam pela criação de novas instituições e pela reorganização das formas de representação, a fim de torná-las mais democráticas. Se em 1960 parecia a muitos que o desenvolvimento era uma precondição para a democracia, hoje se acredita que a democracia é condição essencial para que o desenvolvimento venha a beneficiar a maioria. Mas para o processo de democratização se tornar real, é preciso democratizar a justiça, de forma que os direitos dos cidadãos sejam garantidos. É necessário estabelecer a responsabilidade dos representantes do povo e administradores públicos. Também se faz

necessário democratizar os meios de comunicação e eliminar as distorções que o dinheiro introduz nas eleições. Acima de tudo, é essencial criar meios para garantir a cada cidadão os direitos humanos básicos, alguns dos quais são tão antigos quanto a Revolução Francesa, acrescentando a eles o direito ao trabalho, o de ganhar um salário que permita viver com dignidade, o de ter um lugar decente onde morar, o de ter acesso à educação e à assistência médica, o de uma aposentadoria digna. Sem esses direitos não existe verdadeira cidadania, nem responsabilidade social. Existe apenas uma cultura da delinqüência, que cultiva comportamentos anti-sociais e inverte a escala de valores e de liderança.

Pode-se perguntar como é possível atingir esses objetivos com tão poucos recursos e carregados de dívidas como estamos. Parece-me que, sozinhos ou em competição com os demais pelo apoio de nossos credores não encontraremos uma saída. Devemos prosseguir no caminho da integração da América Latina; cuidadosamente, para evitar os erros que levaram à ruína o Mercado Comum Centro-Americano, que tão auspicioso nos anos cinquenta e sessenta, fracassou; uma integração que permita uma distribuição eqüitativa, não só entre as nações latino-americanas, como também entre as várias classes sociais. Precisamos inventar maneiras de trazer de volta os capitais que todo ano fogem em busca de estabilidade e garantias depois de ter acumulado lucros compensatórios. Finalmente, precisamos trabalhar juntos com os demais países da América Latina no sentido de criar centros de pesquisa abertos a todos os membros da comunidade latino-americana, centros que nos possibilitem desenvolver a nossa própria ciência e tecnologia, adaptadas às nossas necessidades, e construir formas de representação que correspondam à nossa realidade, ao invés de meras cópias de representações que nada têm a ver com a nossa história presente e passada. Em todos os níveis desse programa a Universidade de São Paulo se encontra numa posição de vanguarda. Tenho a certeza de que ela não fugirá às suas responsabilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há várias formas de ler uma universidade. É possível ler uma universidade pela sua cronologia. É possível ler uma universidade por seus problemas e desafios. Mas eu considero que, uma das formas mais interessantes de se fazer isso é através dos professores que ela homenageia. A homenagem prestada a seus professores sinaliza o que há de melhor e sinaliza qual a visão de futuro que uma congregação sublinha olhando para aqueles que ajudaram a construir a instituição. Portanto, presenciar uma homenagem é mais do que uma reverência ao passado, é perceber o que esta Universidade gostaria de ser no futuro.

A Profa. Dra. Emília Viotti da Costa constitui o mito positivo que essa Universidade quer cultivar. Ela e seus colegas professores eméritos fazem parte desse exemplo que nós queremos deixar para as gerações do futuro. Eu não tenho tido o privilégio, que o Fernando teve, do convívio com a Profa. Emília e, talvez por isso, tenha sido mais fácil para mim, escrever o resultado da leitura e da reflexão. Mas, antes de tratar da homenagem a esta Faculdade e à Profa. Emília Viotti, eu gostaria de responder à sua pergunta.

Com muita precisão, foi feita uma comparação entre a universidade norte-americana e a Universidade de São Paulo, mostrando como estamos na vanguarda em diversos aspectos. Mas, como qualquer boa universidade no mundo, é uma universidade em crise. Crise, que eu considero saudável, que é a busca dos novos caminhos. Quando a Profa. Emília Viotti citava os grandes desafios da sociedade brasileira e da humanidade como um todo: a saúde, o desemprego, o desenvolvimento sustentável, o consumo de drogas, a violência, as questões de educação, gostaria de dizer a ela, que pode continuar se orgulhando de sua Universidade. Esta Universidade se manifesta sim. Ela se manifesta, em primeiro lugar, através dos seus professores, às vezes de seus alunos de Pós-Graduação,

se manifesta através de núcleos (nascidos a partir do estatuto de 1988), de institutos interdisciplinares, como é o caso do Instituto de Estudos Avançados. A partir desse ano, esta Universidade resolveu escolher alguns temas que, não por coincidência, são os mesmos temas sublinhados pela Profa. Emília, para que, a cada mês, os pesquisadores que se debruçam sobre eles possam levar para a sociedade as suas contribuições. A tecnologia moderna que traz as suas adversidades, também traz facilidades. A partir da semana passada, um website específico, denominado “A USP fala sobre”, contém algo em torno de cento e vinte trabalhos, apresentados no período entre abril e junho, sobre a saúde, o emprego e o meio-ambiente. Mas isso ainda é insuficiente em decorrência do tamanho dos desafios que o Brasil enfrenta. Nós esperamos que não só os nossos professores, não só a nossa Universidade de São Paulo, mas que outras universidades públicas, que outros centros de pesquisa, também continuem na trajetória para corresponder às expectativas da sociedade que nos sustenta. Eu agradeço, portanto, essa reflexão que a Profa. Emília Viotti acaba de fazer. Posso assegurar que as suas palavras calaram fundo e que servirão como um ponto de reflexão para os problemas contemporâneos que hoje estamos analisando. Não passou despercebido a esse Reitor, sua reflexão sobre o papel da aposentadoria integral para os professores, porque no campo da carreira universitária, a aposentadoria integral nada mais é, e nós tivemos a oportunidade de escrever isso ao Governador desse Estado, um salário diferido. Isto é, na medida em que é evidente que a remuneração dos professores em tempo integral, aqueles que se dedicam plenamente à carreira docente, está aquém do que o mercado de trabalho poderia oferecer, a aposentadoria integral é a justa recompensa, especialmente para aqueles que se aposentam depois de uma longa contribuição à Universidade. E isso não significa se afastar da vida universitária, afinal muitos deles continuam colaborando com a Universidade, para que essa aposentadoria seja digna.

Toda cerimônia para outorga de distinções acadêmicas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas é oportuna para refletir sobre a importância da participação desta Unidade na história da inteligência brasileira. É oportuna também para reiterar o apreço e o reconhecimento do conjunto da instituição por uma casa de estudos que foi o seu núcleo inicial e será, sempre, referência máxima em seu portfólio de excelência.

A Profa. Emília Viotti da Costa é figura emblemática e extremamente representativa dessa competência. A nossa historiografia interpretativa, que vai muito além da mera descrição de eventos, não é obra apenas de alguns autores de sua predileção. Ela própria está no primeiro plano daqueles que redirecionaram os estudos históricos no Brasil, não contemplando apenas os atores circunstanciais, mas focando a cena inteira dos acontecimentos, vale dizer, o processo econômico e social que deu origem aos episódios analisados. É o caso, por exemplo, do ensaio “Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil”. Ali se configura o abismo entre o país imaginado pelas elites e o país real percebido pela autora. Referindo-se à Constituição de 1824, repleta de garantias aos direitos individuais, ela deixa claro que o propósito dos legisladores era romper com o sistema colonial somente quando esse sistema restringia a liberdade de comércio e a autonomia administrativa. Aquela Constituição bem comportada e aparentemente humanista mantinha incólumes a escravidão e a ordem econômica. A nação que recentemente conquistara a independência permanecia subordinada à economia colonial trocando o domínio português pela tutela inglesa e transferindo à posteridade a incumbência de buscar uma real emancipação. Apontando a questão nuclear daquele momento da vida nacional, Emília Viotti consagrou-se também na interpretação de outros e decisivos instantes de nossa trajetória. Basta lembrar, entre outras, as obras “Da monarquia à república” e, conforme o Prof. Dr. Fernando já fez, “Da senzala à colônia”, verdadeiras unanimidades nacionais na bibliografia historiográfica.

A professora Emília Viotti foi a primeira autora a falar no binômio imigração/escravatura, mostrando que escravos e imigrantes foram igualmente oprimidos. Como já disse, a sua obra sobre os antecedentes e desdobramentos da abolição, mostra não ter sido a história movida apenas pelo heroísmo ou intervenção de lideranças momentâneas, mas fundamentalmente pelo efeito do processo econômico. Não obstante ligado às modificações sociais ocorridas no Brasil, na segunda metade do século XIX, o movimento abolicionista, por exemplo, também se deveu à pressão exercida pelos próprios escravos, que se revoltavam coletivamente nas fazendas, desorganizando a produção. Atrevo-me a inferir que os negros, vistos por Emília Viotti, são mais reais que os idealizados por uma análise centrada nas casas grandes e desatenta à verdade das senzalas.

Não quero estender-me sobre aspectos que pertencem muito mais ao domínio dos ilustres colegas desta Faculdade. Desejo principalmente comentar a figura da mestra incomparável, aqui homenageada. Recentemente, dizia-me José Sebastião Witter, atualmente Professor Titular do Departamento de História e ex-aluno de Emília, que ela costumava realizar os seminários de seu curso na sala do Arquivo Público Estadual. Ali, mostrando jornais e documentos relacionados ao tema em discussão, ela tornava o seminário mais vivo e mais dinâmico. De outros ex-alunos recolhi opiniões igualmente enfáticas sobre o seu desempenho docente. Em sala de aula, como assistente do catedrático Jean Glennison, a nossa homenageada estimulava os alunos com sua capacidade didática e impressionante descortino sobre a matéria ensinada. Há professores cuja sabedoria se revela de forma opressiva, chegando a inibir a curiosidade intelectual dos jovens. Emília sempre foi o contrário disso. Educadora tão sábia quanto generosa, dava aos estudantes, em cada aula, motivação crescente para a busca do conhecimento.

Com esta adequada visão pedagógica, ela contemplava a sociedade em torno com um olhar também solidário. Uma postura naturalmente perigosa naqueles anos de chumbo que se seguiram ao golpe militar de 1964.

Esse título de Professor Emérito, a mais alta láurea que pode receber um docente por sua qualificação acadêmica, é simultaneamente um ato de reparação. Uma reparação que se faz decorridos 30 anos do seu afastamento da atividade docente, por um ato de arbítrio. No dia 29 de abril de 1969 seu nome constava de uma lista de punidos que incluía, entre outros, o próprio Reitor em Exercício, Hélio Lourenço de Oliveira, que tivera a ousadia de protestar contra punição anterior a Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e Villanova Artigas.

Aquela medida foi um paradoxo assustador. Listando pessoas indesejáveis ao regime, o decreto reproduzia, na verdade, um quadro de honra ao mérito. Cabe citar todos os nomes ali relacionados, homenageando-os, neste momento, pela sua contribuição à cultura brasileira: Alberto de Carvalho da Silva, Bento Prado, Caio Prado Junior, Elza Berquó, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Lourenço de Oliveira, Isaías Raw, Jean Claude

Bernardet, Jon Maitrejean, José Arthur Giannotti, Júlio Puddles, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Mário Schenberg, Octávio Ianni, Paulo Mendes da Rocha, Olga Baeta Henriques, Paula Beiguelman, Paulo Duarte, Paul Singer, Pedro Calil Padis, Reynaldo Chiaverini e Sebastião Baeta Henriques.

Eis os companheiros e companheiras de Emília naquela página infeliz da nossa história. O Reitor pede licença para incorporar seus nomes a uma simbólica lista de presença nesta cerimônia. Cerimônia que é o extremo oposto daquele decreto. Aqui o talento não é punido, mas objeto de reverência. Aqui se rende o merecido preito à integridade e ao saber desta grande brasileira, Emília Viotti da Costa, mestra de todos nós, que honra para sempre a sua Universidade e o seu país.

Prof. Dr. Jacques Marcovitch
Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

<i>Título</i>	Outorga do Título de Professor Emérito a Emília Viotti da Costa
<i>Editoração/Criação</i>	Serviço de Divulgação e Informação
<i>Coordenação</i>	Eliana Bento da Silva Amatzuzi Barros - MTb 35814
<i>Diagramação</i>	Fernanda Silva Fernandes de Abreu Wiviane Ribeiro do Carmo
<i>Revisão</i>	Lúcia Helena Ferreira Wiviane Ribeiro do Carmo
<i>Formato</i>	15 x 21 cm
<i>Impressão</i>	Gráfica FFLCH/USP
<i>Tiragem</i>	200 exemplares